

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO-MA
TERMO DE RE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DIVERSOS PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ESTREITO/MA, GARANTINDO SUPRIMENTOS E QUALIDADE NOS SERVIÇOS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	MASCARA DESCARTAVEL C/ 50 UNIDADES	CX	80	14,08	1.126,40
2	LUVA DE PROCEDIMENTO EXTRA PC/ 100 UNID	CX	70	30,63	2.144,10
3	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM M C/ 100 UNID	CX	60	29,93	1.795,80
4	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM G C/100 UNID	CX	60	29,36	1.761,60
5	ADESIVO MAGIC BOND FR 5ML VIGODENT	UND	50	33,83	1.691,50
6	APLICADOR KG FINO VERDE C/100 SORENSEN	CX	70	18,96	1.327,20
7	PAPEL CARBONOCX C/ 12 ANGELUS	CX	90	6,22	559,80
8	ADESIVO AMBAR 6ML FGM/DENTSCARE	UND	40	36,17	1.446,80
9	AGULHA GENGIVAL CURTA DESCARTÁVEIS 30G C/10 DFL	CX	80	33,73	2.698,40
10	AGULHA GENGIVAL LONGA DESCARTÁVEIS CX30G C/100 DFL	CX	60	33,73	2.023,80
11	IONOMERO DE VIDRO MAXXION A2 10G FGM/DENTSCARE	UND	90	46,19	4.157,10
12	IONOMERO DE VIDRO MAXXION A3 FGM/DENTSCARE	UND	90	46,19	4.157,10
13	APLICADOR BRUSH KG FINO AZUL C/100 MK LIFE	UND	70	18,96	1.327,20
14	HIDROXICO DE CALCIO P.A C/10G MAQUIRA	UND	90	9,62	865,80
15	SUORTE COLETOR 20L DESCARPACK	UND	50	25,37	1.268,50
16	RESINA P/ REPOS A1 CHARISMA CLASSIC	UND	70	45,38	3.176,60
17	RESINA P/ REPOS A2 CHARISMA CLASSIC	UND	70	44,63	3.124,10
18	RESINA P/ REPOS A3 CHARISMA CLASSIC	UND	70	45,38	3.176,60
19	RESINA COMPOSTA Z100 A2 Z100	UND	50	58,65	2.932,50
20	PASTA PROFILATICA COM 90G PAST PRO	UND	60	4,56	273,60
21	FLUOR GEL NEUTRO FRASCO C/200ML	UND	200	4,40	880,00
22	PONTA DIAMANTADA 1012 CHAMPION	UND	150	3,18	477,00
23	PONTA DIAMANTADA 1014 CHAMPION	UND	150	3,22	483,00
24	TOUCA DESCARTAVEL SANFONADA C/ ELÁSTICO COR BRANCA	CX	80	7,14	571,20
25	PONTA DIAMANTADA DE ALTA ROTAÇÃO FG 1016 CHAMPIOM	UND	200	9,66	1.932,00
26	BROCA ZEKRAYA LONGA MICRODONT	UND	90	26,45	2.380,50
27	KIT ACABAMENTO FINO / UL TRAFINO C/7UND	CX	60	93,53	5.611,80
28	ACIDO FOSFORICO GEL 37% C/3 SERINGAS MICRODONT	CX	150	4,23	634,50
29	DETERGENTE ENZIMÁTICO 1LT CX C/12 FORTSAN	CX	80	139,94	11.195,20
30	ESPELHO BUCAL PLANO 5 COM CABO INOX CASSIFLEX	UND	80	7,96	636,80
31	FIO DE SUTURA DE NYLON N: 3 C/AG 45CM	UND	50	2,13	106,50
32	AGUA OXIGÊNADA 10 VOL 1000 ML RIOQUIMICA	LT	50	8,07	403,50
33	TIRA LIXA AÇO 4MM MICRODONT 12 UNID	CX	50	17,12	856,00
34	ANESTESICO LIDOSTESIN 3% CVASO CX C/50 TB DLA	CX	60	124,11	7.446,60
35	ANESTESICO LIDOSTESIN 2% C/VASO CX C/50 TB DLA	CX	80	146,32	11.705,60
36	OLEO LUBRIFICANTE PARA CANETAS DE ALTA E BAIXA FABI	UND	50	29,74	1.487,00
37	FIO DENTAL 100MT PREVEN	UND	40	2,44	97,60
38	TACA DE BORRACHA P/PROFILAXIA AAF	UND	200	1,76	352,00
39	ESCOVA DE ROBSON P/ CONTRA -ANGULA-RETA BRANCO	UND	200	2,31	462,00

40	COMPRESSA DE GAZE 13 FIOS 7,5X7,,5COM 500UND ANAPOLIS	PCT	80	13,92	1.113,60
41	TIRA LIXA POLIESTER 4X170MM C/ 150 UNID	CX	50	12,89	644,50
42	AGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE 5LT FORTSAN	UND	50	15,87	793,50
43	ALCOOL ETILICO HOSPITALAR 5LT SAFRA	UND	80	37,66	3.012,80
44	CAIXA DE MATERIAL PEFUROCORTANTE DESCARTEX 20L	UND	50	8,46	423,00
45	TIRA DE LIXA ABRASIVA DE AÇO	UND	50	5,45	272,50
46	TIRA MATRIZ DE AÇO	UND	50	1,70	85,00
47	ALGODÃO ROLETE C/100 UNID	PCT	90	3,40	306,00
48	SUGADOR ODONTOLÓGICO COLORIDO DESCARTAVEL C/40 UNID	PCT	90	13,06	1.175,40
49	LINDOCAINA GEL A 2% POMADA 30G	UND	90	3,26	293,40
50	KIT PARA PEQUENOS PROCEDIMENTOS	UND	16	495,18	7.922,88
51	BANDEIJA MILLENIUM AUTOCLAVEL INOX	UND	60	41,33	2.479,80
52	KIT CLINICO COM PINÇA 4 PEÇAS GOLGAN	UND	50	52,52	2.626,00
53	PORTA MATRIZ UNIVERSAL / TOFFLEMIRE	UND	15	25,45	381,75
54	SERINGA CARPULA COM REFLUXO	UND	80	56,94	4.555,20
VALOR TOTAL					R\$ 114.838,63

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (dode) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se a aquisição pretendida visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde na promoção do dever constante nos arts. 196 e 197 da Constituição Federal, qual seja, o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde;

2.2. Considerando que, para prestar serviços de saúde bucal com qualidade na rede municipal de Estreito/MA, é indispensável o fornecimento contínuo de materiais odontológicos diversos, garantindo insumos adequados para a atuação dos profissionais e a segurança dos pacientes;

2.3. Considerando que os materiais odontológicos serão utilizados em procedimentos clínicos, preventivos e curativos, abrangendo desde a atenção básica nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) até atendimentos especializados;

2.4. Considerando que a aquisição visa equipar e manter os consultórios odontológicos municipais, permitindo que cirurgiões-dentistas e auxiliares ofereçam um atendimento técnico eficiente, reduzindo riscos de infecções e garantindo a resolutividade dos tratamentos;

2.5. Considerando que o profissional de saúde necessita de insumos de qualidade e em quantidade suficiente para exercer suas funções com segurança. A eficácia das políticas de saúde bucal depende diretamente da garantia de um ambiente de trabalho devidamente suprido;

2.6. Pontua-se que a ausência ou desabastecimento desses materiais odontológicos poderá causar a interrupção dos serviços de odontologia, prejudicando diretamente o tratamento do cidadão e comprometendo a saúde pública local;

2.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. 3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada no ramo pertinente para REGISTRO DE PREÇOS, visando à aquisição de materiais odontológicos diversos, essenciais para o pleno funcionamento das unidades de saúde e para a continuidade dos atendimentos odontológicos na rede pública municipal. A entrega será realizada de forma parcelada, conforme a necessidade, pelo período de 12 (doze) meses.

3.2. 3.2. Pretende-se, com este Termo de Referência, fundamentar o processo licitatório na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP), visando obter um mecanismo ágil, transparente e seguro para futuras aquisições. Esta solução permite o suprimento constante de insumos para os consultórios odontológicos e para o Hospital Municipal, garantindo o cumprimento da missão institucional da Secretaria Municipal de Saúde.

3.3. DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

3.4. 3.3. A solução definida como mais vantajosa é a realização de **PREGÃO ELETRÔNICO** para Registro de Preços, procedimento que permite à Administração adquirir os produtos em estrita consonância com a demanda real das secretarias, evitando estoques excessivos ou desnecessários. Além disso, a modalidade propicia maior competitividade, resultando em melhores preços e condições de fornecimento.

3.4. Não se vislumbrou a adesão a atas de registro de preços de outros órgãos ("carona") como a melhor solução, visto que uma licitação própria permite dimensionar os quantitativos e especificidades exatas da realidade local de Estreito/MA. Ademais, a realização de certame próprio favorece a economia de escala e a busca por propostas mais econômicas e adequadas às particularidades do Município.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. 4.1. Sustentabilidade: Os requisitos da contratação buscam a escolha da solução que melhor atenda à demanda de materiais odontológicos, priorizando produtos que causem menor impacto ambiental em seu ciclo de vida e descarte.

4.2. 4.2. Quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade ambiental:

- 4.3.** 4.3. A contratada deverá observar o previsto na Instrução Normativa nº 01/2010 (Governo Federal), bem como as normas da ANVISA e do CONAMA, no que se refere ao fornecimento de produtos e materiais de saúde;
- 4.4.** 4.4. Os materiais fornecidos devem possuir embalagens que privilegiem a reciclagem e o descarte seletivo, minimizando a geração de resíduos sólidos excedentes;
- 4.5.** 4.5. A contratada deve garantir que o transporte e a entrega dos materiais sejam feitos de forma a evitar contaminação ambiental, observando as normas de biossegurança vigentes;
- 4.6.** 4.6. A empresa deverá orientar seus colaboradores quanto à redução do consumo de recursos e à correta destinação de resíduos durante as etapas de logística e entrega no Município;
- 4.7.** 4.7. Devem ser rigorosamente respeitadas as Normas Brasileiras (NBR/ABNT) e as Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) da ANVISA relativas ao armazenamento e transporte de produtos para saúde;
- 4.8.** 4.8. Preferencialmente, os produtos devem possuir certificações que atestem sua qualidade técnica e menor impacto ambiental (selos de conformidade técnica e ambiental);
- 4.9.** 4.9. Todas as despesas logísticas, tributárias, trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do objeto são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- 4.10.** 4.10. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, sendo vedada a subcontratação ou transferência de responsabilidade sem prévia e expressa autorização da Administração;
- 4.11.** 4.11. Os materiais odontológicos devem ser entregues em estrita observância às normas sanitárias, com prazos de validade adequados (geralmente não inferior a 75% da validade total no ato da entrega) e excelente aceitação técnica no mercado;
- 4.12.** 4.12. Os itens deverão possuir garantia contra vícios de fabricação ou não conformidades técnicas. Caso detectado defeito, a substituição deverá ocorrer sem custos adicionais para o Município, incluindo despesas de frete e reenvio;
- 4.13. Além dos requisitos dispostos, aplicar-se-ão integralmente as obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA detalhadas no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 4.13.** Não se aplica.

Subcontratação

- 4.14.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

Garantia da contratação

4.15. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados da ordem de fornecimento emitido pela Prefeitura Municipal ou Secretaria requisitante, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no endereço a ser indicado na ordem de fornecimento.

Garantia

5.4. A licitante deverá entregar produtos que estejam dentro do prazo de validade e que atendam as garantias mínimas exigidas na forma da legislação vigente e código de defesa do consumidor, devendo a licitante vencedora ser obrigada a prestar qualquer assistência técnica e/ou bem como, realizar a substituição do objeto por outro que atenda às exigências editalícias.

5.5. No caso de substituição, a partir do recebimento do novo objeto, será iniciado o prazo de garantia, de igual tempo, conforme estabelecido nos itens anteriores.

Gestor do Contrato

5.6. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

5.7. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

5.8. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

5.9. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores

objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

5.10. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

5.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

5.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

6.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.10.1. o prazo de validade;
- 6.10.2. a data da emissão;
- 6.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 6.10.5. o valor a pagar; e
- 6.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

6.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

6.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

6.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

6.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

6.25.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

6.26. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

6.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

6.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

6.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO para REGISTRO DE PREÇOS, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do tipo MENOR PREÇO, com o critério de julgamento POR ITEM, modo de disputa ABERTO, com fornecimento de modo PARCELADO.

Forma de fornecimento

7.2. O fornecimento do objeto será PARCELADO.

Exigências de habilitação

7.3. As condições de habilitação serão definidas em Edital.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. *O custo estimado total da contratação é de R\$ 114.838,63 (Cento e Quatorze Mil e Oitocentos e Trinta e Oito Reais e Sessenta e Três Centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1.1.*

8.2. *Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):*

8.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

8.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Anual do Município de Estreito/MA para 2026.

9.2. Por se tratar de licitação para registro de preço não é necessário indicar dotação orçamentária, o que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme o Art. 7º, § 2º do Decreto Municipal nº 016/2015, bem como o Inciso XI do Art. 17 do Decreto Municipal nº 009 de 1º de março de 2024.

9.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

Estreito/MA, aos 10 dias do mês de março de 2026.

RESP. PELA ELABORAÇÃO DO T.R.	AUTORIDADE COMPETENTE
SIMONE SILVA RESENDE Coordenadora Estratégica da Saúde Bucal Portaria nº 108/2025	AUTORIZO NA FORMA DA LEI EM: ____/____/2026 MARIANA PEREIRA LEITE Secretária Municipal de Saúde Portaria nº 018/2025